

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

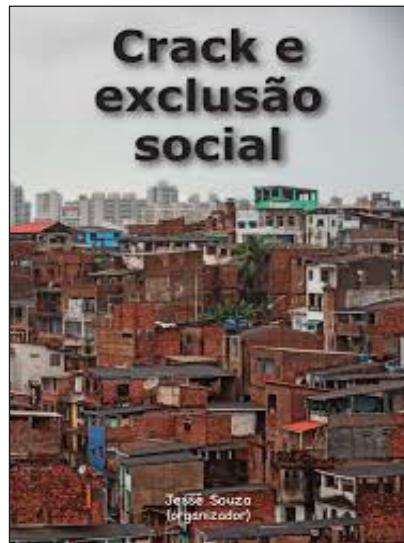
---

## Crack e exclusão social

Crack and social exclusion

SOUZA, Jessé (Org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016. 360 p.

João Boechat<sup>1</sup>



---

1 Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF); mestre em Sociologia Política pela UENF; especialista em Ciências da Religião pelo Instituto ProMinas; bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul-Americana; bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. Assistente de Ensino na UENF, professor da Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro (FABERJ); professor de Teoria das Relações Internacionais e Organizações Internacionais da Universidade Cândido Mendes.

## Introdução

Desde o começo de seus estudos sobre desigualdade social, marcado pela publicação do livro *A modernização seletiva: uma reinterpretção do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000, Jessé Souza tem investido na tipificação e desenvolvimento analítico das classes sociais. Estes estudos resultaram em dois livros, em que não apenas se conceituam e se tipificam duas distintas classes, como também se apresentam entrevistas qualitativas a fim de compreender as reais demandas e estratégias de solução para suas necessidades em uma sociedade não preparada para as mesmas. São as obras *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, e *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. Desta forma, Jessé objetiva, primeiramente, criticar a compreensão atual a respeito das classes sociais e, conseqüentemente, da desigualdade social, como também instituir uma nova forma de análise a respeito destas.

A implementação do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (2010), por parte do Governo Federal, e a instituição do *Programa Crack, é possível vencer*, trouxe consigo a necessidade de informações científicas atualizadas sobre o tema. Para atingir este objetivo, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) firmaram parceria para desenvolvimento do projeto *A gênese social do crack*.<sup>2</sup> Tal projeto organizou-se em uma série de pesquisas qualitativas com usuários e agentes institucionais, objetivando investigar a relação entre o uso do crack e processos de exclusão e desqualificação social em diferentes esferas, além de avaliar os mecanismos institucionais capazes de transformar tal realidade.

O livro *Crack e a exclusão social* surge, assim, como a conclusão desse estudo nacional, que almejou o incremento das políticas públicas sobre drogas, com enfoque direcionado às demandas específicas

---

2 BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; BERTONI, Neilane (Orgs.). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: ICICT, 2014.

para a questão emergente do crack, especialmente por serviços de cuidado e saúde, convergindo e integrando esforços intersetoriais do Governo, em suas três esferas federativas e da sociedade, em uma perspectiva de responsabilidade compartilhada.

## **Classe social e trajetórias de vida**

A primeira parte do livro, composta por 7 capítulos, realiza análises teóricas baseadas na sociologia weberiana e bourdieusiana, bem como a análise de diversas entrevistas a fim de compreender as trajetórias de vida e as relações com as demais esferas sociais dos usuários de crack.

Nos primeiros dois capítulos, “A doença da humilhação” e “A miséria moral da ralé”, o professor Jessé Souza e Andressa Lima analisam a situação do usuário de crack, afirmando que a prisão do vício não se encontra apenas no abuso da substância *per se*, mas no abandono afetivo e social sofrido por este indivíduo. Desta forma, este abandono amplifica a busca pela satisfação imediata trazida pelo uso do crack. Os usuários são, assim, desclassificados sociais que compartilham, com os demais desclassificados, a incapacidade de formular e planejar futuros, e a busca desesperada por fugir da realidade intragável só aumenta esta exclusão e desclassificação.

Já no terceiro capítulo, “Abandonados anônimos”, Lucas Ramos discute a origem social do consumidor de crack, utilizando, para isso, entrevistas profundas com usuários. Ramos observa o impacto do abandono social e a falta de instituições sociais, tais como família, escola e a presença do Estado, no vício do crack.

A seguir, no quarto capítulo, “O uso problemático do crack e classe média”, Mariana Garcia analisa, utilizando pesquisa empírica, como a diferença de classe pode ser decisiva no destino e nas consequências do consumo problemático do crack. Ela demonstra que o indivíduo de classe média tem acesso a estratégias, casas afastadas, clubes e automóveis, que possibilitam a manutenção do uso da droga em segredo. Ademais, o consumo esporádico dos indi-

víduos de classe média é controlado e protegido pelos pais com diversas estratégias enquanto este uso não prejudica as demais tarefas, contando com distintas instituições para combater o uso, caso este se torne problemático.

No quinto capítulo, “O crack em uma comunidade rural”, Filipe Coutinho e Ricardo Visser discorrem sobre a formação de um padrão de consumo do crack, a saber, a relatividade do uso da droga, onde não são exibidos sinais evidentes do uso patológico da droga, nem da deterioração da condição social decorrente deste. Através da análise de vida de um pescador usuário, os sociólogos concluem que a inserção do usuário em esferas de reconhecimento centrais na sociedade, como família, religião e trabalho, permite ao indivíduo um uso controlado da droga, apontando a relevância deste conjunto de socializações como impedimento do uso patológico.

No penúltimo capítulo da primeira parte, “O crack e a rua”, Marcelo Mayora busca analisar “os mais pobres entre os pobres”, isto é, os desclassificados sociais que moram na rua. Por meio da pesquisa realizada em Porto Alegre, Mayora trata o consumo de crack dos moradores de rua, relacionando a relação do uso patológico da droga com a reprodução da vida precária no ambiente urbano.

Por fim, o sétimo capítulo da primeira parte, “Por uma psicopatossociologia das experiências dos usuários de drogas nas cracolândias/cenas de uso do Brasil”, Guilherme Messas, Laura Vitucci, Leon Garcia, Roberto Dutra e Jessé Souza discutem a hipótese que a origem de classe dos marginalizados brasileiros pode contribuir para a maior vulnerabilidade ao efeito destemporizador do crack. Sem os apoios básicos das instituições sociais, tais como família, escola e trabalho, os usuários procuram no crack o fator de coesão para a temporalização de sua biografia.

### **Instituições sociais e trajetórias de vida**

A segunda parte do livro, capítulo 8 ao 14, objetiva investigar o papel das instituições para a construção social e para a identidade pessoal dos usuários.

No capítulo 8, “A construção social da condição da pessoa: premissas para romper o círculo vicioso de exclusão e uso problemático do crack”, os sociólogos Brand Arenari e Roberto Dutra averiguam, de forma geral, a capacidade das instituições em reverter a trajetória de exclusão social, desvinculação institucional e acumulação de descrédito social causadas pelo uso abusivo do crack. Os sociólogos afirmam que as instituições sociais podem, dependendo do tipo de atividade realizada, produzir a condição de pessoa em indivíduos destituídos desta condição em outros contextos socioinstitucionais.

Partindo desta análise geral, estes mesmos sociólogos, no capítulo 9, aprofundam a análise do papel das instituições religiosas no tratamento dos usuários que fazem uso abusivo do crack, demonstrando a necessidade de se criar perspectivas de futuros “imediatos” e, também, “longos”. Para isso, criticam a noção religiosa perpetuada pelo pensamento iluminista predominante até o início do século XX, analisam o papel das instituições religiosas na incorporação de indivíduos que possuem um alto grau de desvinculação social e, por fim, analisam empiricamente uma organização religiosa que atua na recuperação de usuários de crack.

O capítulo seguinte, o 10, “Crack: doença e família na lógica da ajuda mútua”, é realizado a partir de uma pesquisa ocorrida em um espaço social formado por salas de ajuda e comunidades terapêuticas para indivíduos designados como “dependentes químicos”. Assim, Rosa Melo investiga a ética que conduz a ação de um novo estilo de vida do indivíduo participante do processo de recuperação, avaliando o conjunto de valores e práticas derivadas da regulação moral, ou seja, de um sistema formulador de comportamento.

No capítulo 11, “Pânico social e animalização do usuário: o crack na *Folha de S. Paulo*”, Maria Rocha e José da Silva analisam as diferentes formas assumidas pela animalização dos usuários de crack na cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*. Para isso, observou-se como a hierarquia valorativa na sociedade brasileira desumaniza os usuários de crack, retirando deles a condição de pessoa.

A seguir, em “Crack, a noia da mídia”, Igor Rodrigues examina a relação entre produção midiática e as estruturas de poder, crendo

que há uma indissociabilidade entre a produção do discurso midiático e o contexto político social. Desta forma, Rodrigues verifica a criação midiática de uma “máscara” para a representação de um indivíduo tido como “bode expiatório” e culpado dos problemas sociais, aliada à justificativa ideológica para a legitimação da desigualdade e da meritocracia.

Na sequência, no capítulo 13, “O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero”, Roberto Dutra e Vanessa Henriques investigam como os agentes institucionais de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPESad) impossibilitam a transformação da condição social dos usuários de crack através do tratamento exercido.

Por fim, no capítulo 14, “Orientações para a política pública”, os sociólogos Brand Arenari e Roberto Dutra propõem uma série de diagnósticos e propostas iniciais de desdobramentos práticos relacionados às pesquisas exibidas neste livro. Assim, apresentam uma tipologia entre agentes religiosos e agentes laicos, uma proposição inicial de um modelo de ação do Estado para a recuperação de indivíduos baseado em políticas de longo prazo e, por fim, uma discussão do elemento “classe social” e sua relação com os indivíduos com históricos de uso abusivo do crack.

### **Considerações finais**

O livro *Crack e exclusão social* toma forma a partir do estudo e desenvolvimento da desigualdade social e de seus efeitos excludentes e punitivos, a fim de analisar como a exclusão social influencia diretamente no consumo patológico da substância, bem como as instituições sociais atuam (ou não) para a redução de danos e ressocialização destes indivíduos.

É válido destacar que importantes estudos sobre os usuários de crack foram desenvolvidos no Brasil, nas últimas décadas, a destacar-

se o do professor Uchôa<sup>3</sup> (1996) e de Silveira Filho<sup>4</sup> (1991). Todavia, estas pesquisas, como as demais sobre o tema, fixaram-se em desenvolver o perfil dos usuários de crack, ou apontar os tratamentos para usuários. Faltava, portanto, uma pesquisa de impacto nacional que levantasse, além do perfil, as práticas e comportamentos dos usuários, bem como as instituições atuantes na vida destes indivíduos e seus efeitos para a ressocialização destes.

*Crack e exclusão social* apresenta uma série de análises teóricas sobre desigualdade social e a condição dos excluídos socialmente, bem como um conjunto de entrevistas qualitativas que demonstram não apenas a trajetória dos usuários de crack, mas as instituições sociais que influenciam, por um lado o estigma e a exclusão dos usuários e, por outro, fundamentam as estratégias pessoais para inclusão social e melhorias de condições de vida.

A pesquisa, coordenada pelo professor Jessé Souza, e encabeçada por importantes nomes da sociologia nacional, produz uma análise qualitativa da vida social e institucional dos usuários afetados por processos de exclusão e desclassificação social, objetivando auxiliar o Estado e os indivíduos a conhecerem melhor o perfil das classes populares, a fim de combater não apenas o problema de saúde isolado, mas das condições sociais que constituem este problema.

Artigo submetido em 28/05/2018

Aceito para publicação em 12/12/2018

---

3 Uchôa, M. A. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática; 1996.

4 Silveira Filho, D.; César A. C. Perfil de usuários de drogas: caracterização dos pacientes atendidos no ambulatório do PROAD/EPM em 1989. *Revista ABP-APAL*, 1991; n. 13, p. 39-42.